

## Anexo VI

### Resumos dos Projetos Pedagógicos Institucionais – PPIs

#### A – Universidade Federal de São Paulo

##### INTRODUÇÃO

Este Projeto Pedagógico Institucional – PPI – é uma carta de intenções que resulta dos esforços coletivos de discussão acerca dos propósitos que animam a Universidade Federal de São Paulo nas suas atividades enquanto instituição pública de ensino e pesquisa que se relaciona intensamente com a sociedade brasileira. Mais do que parte de um processo burocrático, a elaboração do documento, nesta sua primeira versão, incorpora a idéia de que, sendo o PPI a explicitação de vontades coletivas, deve manter-se vivo. Para que isto se torne realidade, o Projeto deve trazer em seu bojo os instrumentos para provocar, juntamente com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e com outros instrumentos de política institucional, a redefinição de práticas acadêmicas, no que tange a forma como o conhecimento gerado nas Instituições de Ensino Superior (IES) se difunde, provocando a melhoria de condições de vida da população brasileira.

Envolvidos nesta redefinição estão aspectos da organização da universidade, de como, ao longo das dinâmicas de geração de conhecimentos e de capacidades humanas, a IES mantém seu papel, suas funções sociais e econômicas e seu caráter público. A face dos fazeres pedagógicos reflete, neste sentido, as dimensões política, filosófica e teórico-metodológicas que orientam as práticas e as instâncias formativas da UNIFESP. Também expressa uma visão acerca de como a universidade se relaciona com seu entorno, ou mais que isto, qual é a estrutura pela qual, formando cidadãos críticos, a universidade faz extravasar, por meio da capacitação de pessoas, o conhecimento fértil para o desenvolvimento do país.

Como compromisso central que este documento endereça, explicitam-se as práticas pedagógicas assumidas na UNIFESP, a concepção dos seus processos de ensino e aprendizagem, o perfil do alunado a ser formado, os currículos que refletem estas intenções e seus sistemas de avaliação. Essas direções refletem valores originados na instituição, tendo como protagonistas seus atores passados e presentes. Também se materializam na forma como a UNIFESP exerce seu papel enquanto IES, lida com a geração de conhecimentos social e economicamente relevantes e mantém suas identidades históricas, incluindo primordialmente o caráter público da instituição e sua missão de formar pessoas.

#### 1. A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO: CONTEXTO HISTÓRICO, ESPECIFICIDADE E ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO

Os estudos sobre as universidades mostram que elas apresentam diferentes papéis sociais e políticos ao longo da história. Sua atuação, enquanto instituição de ensino, apresenta total relação com os contextos de desenvolvimento dos países nos quais se encontram. Uma universidade da América Latina, por mais que possa ter seguido modelos universitários de outras regiões, sempre estará sujeita à ser moldada pelas relações político, ideológicas e estruturais do seu próprio entorno. Resta no que tange a natureza e o caráter da universidade pública, relatar, no âmbito do PPI da UNIFESP, suas especificidades e abrangências. Para atender tal disposição, a universidade será situada em termos de suas vocações atuais e futuras, tomando partido sobre como se pretende manter e expandir as suas atuais competências, mantendo-se o caráter público e a excelência acadêmica da instituição.

##### 1.1. SOBRE A EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA

Em resposta à demanda política do governo federal de expansão das vagas públicas no ensino superior e de interiorização das atividades das universidades federais, a UNIFESP elaborou o projeto do *campus* na Baixada Santista, tornando-se, com isto, uma instituição *multicampi*. O projeto de implantação foi apresentado ao MEC pela reitoria com quadro docente e técnico-administrativo, recursos de investimento e de custeio, tendo seu convênio sido assinado para implantação de cursos de Graduação em março 2006. Este *campus* inclui um projeto de implementação de um Centro de Ciências do Mar e Meio Ambiente, que deverá ter cursos de Engenharia Portuária; Engenharia de Pesca e Engenharia Ambiental, com a implantação concomitante de Centro de Pesquisa, visando a promoção do desenvolvimento sustentável da Área Quarentenária de Cananéia.

Partiu-se do pressuposto de que, como em outras áreas de conhecimento, a graduação em saúde enfrenta desafios importantes: fragmentação do ensino, dicotomias no projeto pedagógico (básico-clínico, ensino-serviço, clínico-epidemiológico, saúde-doença), biologicismo e hospitalocentrismo na formação, deslocamento do aluno para a posição do sujeito que recebe passivamente a informação, centralidade do processo pedagógico no professor como transmissor de informações, fragilidade no processo de profissionalização docente, desvinculação dos currículos em relação às necessidades da comunidade, despreparo do egresso para o trabalho em equipe e para a integralidade no cuidado, dentre outras. Outro importante desafio deste ensino é a ruptura com os modelos disciplinares rígidos e a busca por um projeto de formação em saúde que signifique integração de diferentes conhecimentos e áreas disciplinares e profissionais. Integrar implica pensar em novas interações no trabalho em equipe interprofissional, configurando trocas

de experiências e saberes numa postura de respeito à diversidade, cooperação para efetivar práticas transformadoras, parcerias na construção de projetos e exercício permanente do diálogo.

Configura-se, assim, um estilo de educação que prioriza o trabalho em equipe, a interdisciplinaridade e o compromisso com a integralidade das ações que deve ser alcançado com um amplo reconhecimento e respeito às especificidades de cada profissão. Esta proposta acaba propondo a inversão da lógica tradicional da formação em saúde – cada prática profissional pensada e discutida em si – abrindo espaços para a discussão do interprofissionalismo. Com esta abrangência, a educação Interprofissional assume diferentes enfoques como modificar atitudes e percepções na equipe, melhorar a comunicação entre os profissionais, reforçar a competência colaborativa, contribuir para a satisfação no trabalho, construir relações mais abertas e dialógicas, assim, como integrar o especialista na perspectiva da integralidade do cuidado.

Desta forma, a concretização de propostas de educação Interprofissional significa assumir uma nova organização curricular que priorize as discussões e as vivências conjuntas das diferentes profissões envolvidas no cuidado em saúde. Isto implica no desenvolvimento de uma cultura de ensino-aprendizagem caracterizada pelas trocas e saberes partilhados, estabelecendo espaços formativos mais significativos e comprometidos com a prática do trabalho em equipe. Assumir a Educação Interprofissional como direcionador deste projeto, implica num desenvolvimento de uma proposta formativa interdisciplinar e Interprofissional, rompendo com estrutura tradicional centrada nas disciplinas e na formação específica de determinado perfil profissional. Assim, todos os cursos têm um desenho curricular direcionado por quatro eixos de formação que perpassam os anos de graduação. Em cada um dos eixos, módulos aglutinando áreas temáticas afins constituem a proposta curricular.

Prevê-se uma articulação entre os quatro eixos propostos, orientados pela formação de profissionais de saúde comprometidos com atuações consistentes, críticas e potencialmente transformadoras da realidade social – ênfase na educação interprofissional, interdisciplinaridade, enfoque problematizador e produção do conhecimento. As disciplinas são aglutinadas em módulos integrados nos quatro eixos: “O Ser Humano em sua Dimensão Biológica”; “O Ser Humano e sua Inserção Social”;

“Aproximação ao Trabalho em Saúde” e “Aproximação a uma Prática Específica em Saúde”. No Campus de Diadema, ainda em áreas de interface com a saúde, a UNIFESP amplia seu espectro de formação para as áreas de Química, Engenharia Química,

Ciências Biológicas e Farmácia/Bioquímica. No *campus* de Guarulhos, mantendo o objetivo de desenvolver uma proposta de ensino integradora e interdisciplinar, a UNIFESP inicia seu compromisso com outras áreas de conhecimento, incorporando as Ciências Humanas, mais especificamente com os cursos de Ciências Sociais, Pedagogia, História e Filosofia.

## **1.2. CONCEPÇÃO CURRICULAR E PEDAGÓGICA DA EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA**

Além de inaugurar o ensino superior gratuito na região, o campus de Santos – e, em breve, nos outros novos *campi* – é o primeiro de uma universidade brasileira cujo currículo é construído nos moldes da educação interprofissional, abordagem largamente aplicada no exterior, mas ainda embrionária no Brasil. Esta inovação atende à demanda atual do mercado, que busca profissionais aptos ao trabalho em equipe. As idéias centrais desta iniciativa são:

O conceito de “currículo espiral”, no qual os tópicos de aprendizagem são “visitados” e “revisitados” ao longo de certo período – com ênfases diferentes, dependendo da disciplina na qual os conceitos centrais do currículo são abordados – é uma importante estratégia de elaboração de currículos integrados. Em ciências da saúde é essencial para desenhar cursos que permitem formar profissionais “pluripotenciais”, capazes de olhar para tanto para a manutenção da saúde quanto para os problemas causados pelas doenças. Também subsidiam, conceitualmente, as fases de formação de especialistas e de profissionais generalistas, já que, tendo idéia do conjunto de problemas que envolvem a prática profissional, nos seus aspectos científicos, sociais, econômicos e ambientais, os alunos de Graduação podem optar sobre seu futuro com maior teor de racionalidade e visão de contexto mais ampla.

Um diagnóstico dos principais problemas existentes em cursos superiores na área de saúde, realizado pela UNIFESP, mostrou que um dos aspectos que mais limitam formação do futuro profissional é a divisão do curso em várias disciplinas, cuja compartimentalização fragmenta o conhecimento. A falta de articulação entre teoria e prática é prejudicial porque, nos primeiros anos do ensino tradicional, o graduando aprende teoricamente um conteúdo que ainda não percebe como será aplicado. A prática do exercício profissional acaba acontecendo de modo desvinculado, quase no momento em que o aluno está concluindo sua Graduação.

## **2. A MISSÃO INSTITUCIONAL DA UNIFESP**

A missão que a UNIFESP se propõe a cumprir é a que tem por objetivo desenvolver em nível de excelência, atividades inter-relacionadas de ensino, pesquisa e extensão.

## **3. OS PRINCÍPIOS DIRECIONADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO**

O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (DELORS, 1996:77) aponta que, “para poder dar resposta ao conjunto de suas missões, a educação deve organizar-se à volta de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo, para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão;

aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente, aprender a ser, via essencial que integra os três precedentes.”

Partindo destas recomendações, o Projeto Pedagógico Institucional da Universidade Federal de São Paulo assume os seguintes princípios direcionadores:

- A indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Pesquisa como elemento impulsionador do ensino e da extensão na instituição;
- A prática profissional como eixo norteador do projeto pedagógico
- A problematização do ensino a partir da prática e da pesquisa;
- A interdisciplinaridade;
- A postura ativa do estudante na construção do conhecimento;
- A postura facilitadora e mediadora do docente no processo ensino e aprendizagem;
- A integração com a comunidade;
- A integração entre os diferentes níveis de ensino e pesquisa;
- A avaliação formativa como retro-alimentação do processo;
- Desenvolvimento docente;
- A dinamicidade do plano pedagógico: construção e reconstrução permanente.

## 4. A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

### 4.1. Graduação

#### Histórico e Objetivos

A partir de 2006 a UNIFESP dá início a um processo sistemático de expansão com a abertura de cinco novos cursos de Graduação – Fisioterapia, Psicologia, Terapia Ocupacional, Educação Física e Nutrição – na instalação do *campus* da Baixada Santista. Para 2007 estão previstas as inaugurações dos *campi* nos municípios de Diadema e Guarulhos, com a oferta de cursos nas áreas das ciências humanas e exatas. Por razões históricas, todos esses cursos mantêm fortes vínculos com a área da saúde.

A excelência dos cursos de Graduação da UNIFESP é nacionalmente atestada pela qualidade dos profissionais formados, não apenas do ponto de vista de seu conhecimento e habilidades profissionais, como também pelo embasamento científico que demonstram, em grande parte adquirido através de programas de iniciação científica (PIBIC) e de monitoria.

#### Perfil do profissional a ser formado

A missão da UNIFESP para a Graduação é formar indivíduos que, além da aquisição de conhecimento, adquiram a capacidade de auto-aprendizagem e desenvolvam atitudes e habilidades que possibilitem um desempenho profissional competente, crítico e ético, com perspectiva humanista. A educação profissional iniciada no curso de Graduação deve ser continuada e os graduados devem estar preparados para seguir qualquer uma das possibilidades que se abrem após a conclusão do curso: exercício profissional, especialização, Pós-Graduação *stricto sensu* e carreira acadêmica. Os profissionais formados devem ter conhecimento da organização do sistema de saúde vigente no país, das características do mercado de trabalho e estar preparados para trabalhar em equipe.

#### Avaliação

Passou-se, a incentivar a diversificação dos instrumentos de avaliação, considerando-os como parte de um processo contínuo que inclua a participação do estudante, a execução de atividades e apresentação de seminários, fichas semi-estruturadas para acompanhamento durante o módulo ou estágio, avaliação das habilidades e atitudes.

A “Prova do Progresso”, implantada em 1996, inicialmente no curso de Medicina, é o ferramental de avaliação de processo de aprendizagem central da Graduação. Não consolida um instrumento de avaliação pessoal, mas do curso, à medida que acompanha a aquisição de conhecimento no seu decorrer. Permite identificar a contribuição das unidades curriculares de cada série para formação do que se considera o mínimo necessário ao final do curso. Recentemente avaliou-se que a Prova do Progresso pode ser também um instrumento de avaliação individual e, a partir de 2006, as provas deixarão de ser anônimas, para que os estudantes com baixo desempenho possam receber atenção especial. Em 2004 todos os cursos de Graduação realizaram a “Prova do Progresso”. Outros instrumentos de avaliação do curso envolvem: • Avaliação de unidades curriculares pelos estudantes. A avaliação de disciplinas pelos estudantes foi implantada no internato em 1992. A partir dessa experiência, o instrumento (atualmente on-line e sem identificação do estudante) foi aprimorado e estendido para as demais séries e cursos da instituição a partir de 2000. O resultado é encaminhado para as comissões de curso, para os chefes das disciplinas e coordenadores de unidades curriculares, organizando novos ciclos de elaboração pedagógica. • Avaliação de unidades curriculares propostas pelos próprios coordenadores. A maioria das unidades curriculares desenvolve algum tipo de avaliação (escrita e aberta, questionário, discussão em grupo) com os estudantes que acabam de concluí-las. Esta avaliação traz bastante retorno aos coordenadores das unidades ao analisar dados específicos de cada uma delas.

#### **4.2. Requisitos básicos de um programa de Pós-Graduação**

A proposta de um programa de Pós-Graduação deve evidenciar de forma clara que o grupo proponente já vem trabalhando de forma articulada, junto à UNIFESP, em grupos de pesquisa, previamente à apresentação da proposta. Deve apresentar claramente os objetivos e justificativas para a sua implantação e explicitar a pertinência das áreas de concentração e/ou linhas de pesquisa, além do perfil do profissional a ser formado. O programa de Pós-Graduação deverá dispor de laboratórios adequados para a realização e consecução das investigações propostas. Estes deverão apresentar todos os equipamentos e infra-estrutura necessários para o desenvolvimento das linhas de pesquisa relacionadas na proposta. Deve possuir ainda salas para docentes próprias para a orientação individual e salas de estudo para os Pósgraduandos.

O regimento do programa de Pós-Graduação deve explicitar os critérios de credenciamento dos docentes; processo e periodicidade de seleção de alunos, número de vagas, critérios de avaliação. Deve ser evidenciado que o corpo docente já vem trabalhando conjuntamente na UNIFESP há pelo menos um ano, com linhas de pesquisa consolidadas, demonstradas pela presença de produtos, frutos dessas pesquisas. O corpo docente deve ser constituído exclusivamente de docentes portadores de título de doutor; ter produção intelectual pertinente com a área(s) de concentração e/ou linhas de pesquisa e adequada em termos de quantidade e qualidade. O docente poderá participar como permanente no máximo de dois programas de Pós-Graduação e não poderá participar como permanente em duas instituições diferentes ao mesmo tempo. A participação de docentes de outras Instituições não deve caracterizar dependência externa nem ser utilizada para o atendimento das exigências mínimas de produção científica. O curso deverá apresentar o número mínimo de dez docentes permanentes, sendo que pelo menos 60% tenham vínculo com a instituição em tempo integral.

O Plano Pedagógico é fundamental para que os programas estejam centrados no binômio orientador-orientando. As linhas e projetos de pesquisa devem estar vinculados à proposta do programa. Este deve refletir a demanda de conhecimentos da própria área e a competência de seu corpo docente. Isto sem esquecer que a agenda de pesquisa é o resultado de interesses científicos e das demandas advindas da comunidade. Projetos isolados poderão existir desde que apresentem contribuição efetiva para o programa ou que apresentem potencial para a criação de novas linhas de pesquisa. A produção intelectual apresentada deve guardar estreita relação com as linhas e projetos de pesquisa já existentes.

De uma forma geral, além do conhecimento profissional, ou seja, médico, cirúrgico, fonoaudiológico, de enfermagem, entre outros, o orientador deve ter o domínio de ferramentas de investigação. Na área da saúde, acreditamos poder agrupar estas ferramentas em duas grandes vertentes, o domínio epidemiológico e o de técnicas de laboratório. O uso crítico destes instrumentos, na maioria das vezes usados de forma simultânea, permitirá que a observação da realidade de sua especialidade pelo profissional transforme-se em perguntas científicas, adequadamente formuladas e investigadas.

#### **4.3. Ocupação de espaços para pesquisa**

Dois aspectos, além da formação científica adequada são importantes na atividade de pesquisa e geração de conhecimento: a capacidade de buscar financiamento e a disponibilidade de espaço para o desenvolvimento das atividades de pesquisa. Assim, a Universidade deve trabalhar na otimização da captação de recursos pelo pesquisador, mormente na definição de projetos prioritários, institucionais ou envolvendo conjunto de seus pesquisadores, assim como definir claramente a política de distribuição de áreas de seu *campus* para os pesquisadores. A distribuição de áreas por mérito, através de critérios discutidos e aceitos por sua comunidade científica, é parte fundamental de um processo de adequação entre a atividade de pesquisa e a demanda de novos espaços físicos. Em 1997, com a inauguração do Edifício de Pesquisas Clínicas e Cirúrgicos Prof.

Oswaldo Luiz Ramos (EPCC-UNIFESP), iniciou-se um novo modelo de distribuição de espaço, baseado na apresentação de projetos e contrapartidas de equipes de pesquisadores, considerando ainda a necessidade de apoiar os grupos emergentes. A princípio considerada ousada, esta abordagem resultou no fortalecimento de um conceito, qual seja, a distribuição de áreas por competência, e revelou-se um sucesso também na prática, conforme as diversas avaliações internas e *ad hoc* realizadas. Este modelo vem servindo de exemplo a diversas outras instituições de pesquisa.

A necessidade premente de criação de novos espaços para pesquisa motivou esforços para a construção de um novo edifício, destinado agora a toda a comunidade científica da UNIFESP e baseado no mesmo modelo de gerenciamento, o Edifício de Pesquisas II. Gradativamente, a ocupação de espaços de laboratório na UNIFESP deverá seguir os critérios de competitividade e avaliação periódica. Os critérios vigentes de distribuição de áreas do Edifício de Pesquisa I e II encontram-se em documento anexo.

#### **Avaliação**

Um dos principais fatores de sucesso de toda e qualquer atividade profissional é um adequado sistema de avaliação dos resultados frente aos objetivos propostos. No campo de pesquisa e Pós-Graduação esta é uma atividade fundamental e pode ser dividida em avaliação interna e externa de seus resultados. No processo de avaliação interna, destaca-se a contínua seleção de novos orientadores, o re-credenciamento periódico do corpo de orientadores, avaliação dos programas de Pós-Graduação e distribuição e avaliação de áreas de pesquisa na Instituição.

O credenciamento e o re-credenciamento de orientadores buscam refletir as premissas que caracterizam as atividades de orientação acima mencionadas. A avaliação dos programas é feita regularmente e baseia-se no relatório dos programas encaminhados a CAPES. A atividade de distribuição e avaliação de áreas de pesquisa na Instituição é de suma importância, dada a crescente demanda por espaço, resultado de desejável desenvolvimento da área de atuação do conjunto de seus pesquisadores. Esta atividade foi empreendida com sucesso no Edifício de Pesquisas Clínicas e Cirúrgicas, ou Edifício de Pesquisas I e será implementada em novo espaço, ora em construção, o Edifício de Pesquisas II.

Já a avaliação externa é fundamentalmente realizada pela CAPES e representa, de certo modo, a avaliação do Estado através do Ministério da Educação e, portanto, da sociedade, do desempenho dos programas de Pós-Graduação no país. Significa ainda, uma avaliação externa de desempenho. Tomando como fato que a CAPES tem com o meio acadêmico estreita ligação e incorpora sugestões de princípios e de avaliação de desempenho da comunidade científica, os conceitos emitidos por esta agência revestem-se de enorme valor. Ao considerar a proposta do curso, a composição de seu corpo docente, a capacidade de formação de pessoas e a geração de conhecimento, a CAPES emite conceitos de 1 a 5, sendo que cursos com conceitos menores ou iguais a 2 devem ser descredenciados e os cursos com conceito 5 são considerados de excelência nacional. Conceitos 6 e 7 são atribuídos àqueles cursos com inserção internacional. A UNIFESP trabalha com a meta de ter majoritariamente cursos com conceito 5.

## **5.4 Extensão**

### **Princípios direcionadores**

Suas ações fortaleçam a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão em todos os seus projetos, colaborando para a contínua renovação da UNIFESP, como instituição formadora de atores sociais capazes de pensar autonomamente e de agir com intenção de criar condições materiais, políticas e sociais promotoras do desenvolvimento humano.

Procura adotar, na construção dos currículos extensionistas, métodos de formação, de capacitação e de informação que estejam embasados em conhecimento científico, na prática profissional como princípio norteador de ações pedagógicas e na problematização do ensino a partir da prática e da pesquisa.

Considera-se na Extensão, que essa estratégia educacional seja capaz de traduzir valor, legitimado não apenas por experiências de laboratório, mas também pela observação sistemática de relações interpessoais e interorganizacionais que fundamentam o viver em sociedade, no mundo real.

Dessa forma cria-se, no eixo Extensão, condições para que a pesquisa seja efetivamente incorporada como elemento impulsionador da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na UNIFESP, promovendo a interdisciplinaridade como elemento de inovação do pensar, como meio para a construção de aprendizagem significativa, e para o incentivo da postura ativa do aluno na construção de conhecimento.

A idéia da dinamicidade do plano pedagógico que sustenta a construção e reconstrução permanente do saber acadêmico é adotada como valor central do eixo Extensão. Isso permite a valorização da postura facilitadora e mediadora do docente no processo ensino e aprendizagem e possibilita que ambos, aprendiz e mediador na construção do conhecimento, desenvolvam pensamento autônomo e disposição para o agir orientado pelo aprendido. Isso facilita também a integração da Universidade com a comunidade, incorporando a missão da Extensão nas suas ações extramuros. Facilitando a integração entre os diferentes níveis de ensino e pesquisa, viabiliza a criação da estrutura que suporta e promove a idéia de interdisciplinaridade mediada pelo fazer acadêmico.

A incorporação de práticas de avaliação formativa como retroalimentação do processo extensionista de desenvolvimento docente e discente possibilita que a Extensão seja capaz de contribuir para que a UNIFESP e seus atores se orientem e orientem outros, na direção proposta pela UNESCO de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser.

### **Avaliação**

Em linhas gerais, a avaliação pedagógica da Extensão guarda relação de nexos com a Avaliação Institucional Interna estabelecida no PDI. Essa Avaliação Institucional Interna responde à Proposta de Avaliação para a Educação Superior, aprovada em 2004 (SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), com vistas principalmente à análise do comprometimento da Universidade com a Sociedade.

Do ponto de vista pedagógico, esse comprometimento pode ser avaliado pela natureza educacional e transformadora das relações que a Universidade, por meio de seus eixos Graduação, Pós-Graduação e Extensão estabelece com a Sociedade. O processo avaliativo tem a intenção de identificar situações nas quais a instituição pode melhorar sua capacidade educacional transformadora e sua performance no desenvolvimento de competência profissionais necessárias para que seus alunos respondam adequadamente às necessidades da sociedade.

Várias ações de avaliação formativa e somativa estão em desenvolvimento nas diversas instâncias da Extensão, tendo como eixo orientador os preceitos da Auto-avaliação Institucional 2004.

A Extensão considera a Avaliação como um dos mais importantes processos de conhecimento sobre sua própria realidade. Considera também que é através da avaliação, praticada como processo contínuo que se pode chegar a compreender os significados do conjunto de suas atividades e a natureza das relações existentes entre seus atores, seus grupos de prática e entre ambos e a sociedade.

No contexto educacional, os papéis da avaliação variam muito, podendo constituir desde uma atividade de capacitação de professores, passando por experiências de campo, destinadas a melhorar a aprendizagem, por atividade de coleta de dados que possam subsidiar captação de recursos<sup>24</sup> e por programas de comunicação destinados a promover a imagem e o valor social da Instituição.

## **5. PROSPECÇÃO EDUCACIONAL: O PAPEL DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO E A CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

A UNIFESP é uma instituição que educa de modo integrado e de forma indissociável para a prática profissional e para a pesquisa, e também para que o conhecimento gerado ao longo das cadeias de formação de recursos humanos apresente impactos positivos sobre a sociedade.

Este duplo caráter – na verdade, as duas faces de um Jano bifronte, que olha para frente e para trás, reconhecendo o que é, e vislumbrando o que quer ser, ensinando para a prática e para a geração de novos conhecimentos, traz para o PPI duas missões integradas. São elas:

a) A criação de sistemas prospectivos de educação, no que tange as novas formas de ensinar, incluindo o desenvolvimento e a aplicação de novas tecnologias educacionais, o que se insere no âmbito das políticas de geração de capital humano em ciência e tecnologia.

b) A manutenção de esforços de capacitação na fronteira da educação de profissionais de saúde, que, como tal, apresenta nexos com as políticas nacionais e internacionais de promoção de saúde.

No que se refere à educação em ciência e tecnologia, a formação de capital humano não envolve apenas as competências e habilidades individuais técnicas, que, sem dúvida, são essenciais para a formação do profissional e do pesquisador. Apresenta também componentes tácitos (POLANYI, 1967; 1969) que pressupõem a presença do professor e do aluno no ato de aprendizagem. Este tipo de ação é bem representado pelas atividades que envolvem aprendizado qualitativo, como aquele das aulas de semiologia da observação clínica, por exemplo, no qual docente e discente necessitam estar juntos, para que as sensações manuais da prática de apalpação sejam aprendidas. Também as que envolvem redes de atores sociais profissionais, que compartilham códigos, como é freqüente nas práticas do setor de saúde. Ou seja, há fatores derivados do saber-fazer, alcançados apenas quando os discentes estão mergulhados em determinados contextos institucionais. Também estão aí inseridas as questões éticas do fazer científico e das práticas profissionais: a aculturação profissional ética depende da estrutura disciplinar – que envolve conhecimentos sobre ética e moral – mas também da permanência de estruturas institucionais que se mostrem efetivamente coerentes com as idéias de bem-público, de justiça e de ética.

Em termos de como a UNIFESP capacita pessoas para as atividades profissionais em saúde, cabe apontar que a Organização Mundial da Saúde, em sua Constituição de 1948, define:

“Saúde é um estado de bem-estar físico, social e mental e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”. A Carta de Otawa, da mesma Organização, aponta que a saúde é um direito humano fundamental, e que, para tal, os poderes públicos devem instaurar cinco grupos de estratégias de políticas de saúde:

- O desenvolvimento de sistemas de saúde, o que pressupõe políticas públicas para o setor;
- A criação de ambientes que dêem sustentação à manutenção da saúde;
- O fortalecimento das ações comunitárias em saúde;
- A permanente re-orientação das ações de saúde, de modo a atender novas e variáveis demandas públicas;
- O desenvolvimento de competências em saúde.

Assim, este item do PPI da UNIFESP vem detalhar justamente a última estratégia do rol acima, no sentido de demonstrar o que a UNIFESP tem feito para antecipar o desenvolvimento de competências individuais e coletivas em saúde. Considere-se ainda que as atividades de educação contribuem, de modo complementar, para que as primeiras quatro estratégias sejam implementadas de modo eficaz. Define-se, neste contexto, a seguir, o caráter prospectivo das ações de ensino a distância e que envolvem o uso de novas tecnologias na UNIFESP.

### **5.1. A UNIFESP e a educação em saúde**

A evolução das iniciativas de prospecção educacional, nas suas formas de educação a distância e do uso de tecnologias da informação<sup>28</sup>, na UNIFESP, está ligada ao caráter dessa instituição, enquanto universidade do setor de saúde. Uma vez que desde 2005 essa universidade está em expansão geográfica e em termos das áreas do conhecimento, este item do PPI deve ser visto à luz daquela evolução. Isso significa que as competências em educação, no que diz respeito às tecnologias de informação, podem ser vistas como estruturantes para as novas ondas de desenvolvimento institucional.

No entanto, este documento, elaborado num momentum no qual a UNIFESP está se consolidando nas novas áreas do saber, está referenciado na experiência desta universidade no setor de saúde humana.

Um aspecto inalienável das ações que visam preparar a instituição para o seu futuro é a constante melhoria da capacitação de funcionários e pessoal técnico-administrativo, em atividades também descritas neste item do PPI.

O eixo da formação de recursos humanos tem sua ênfase nos processos formativos desenvolvidos nos níveis de Graduação, especialização e Pós-Graduação. Os diferentes formatos das experiências de aprendizagem materializam diferentes propostas de educação e intervenção em saúde.

Atualmente, com as recentes mudanças sociais e tecnológicas, muitas transformações são esperadas da Educação Superior. A realidade impõe que as ações educativas objetivem a construção reflexiva e social do conhecimento, ao invés de sua mera reprodução, como se observa ainda hoje no modelo tradicional de ensino (MORIN, 2001). É necessário transpor essas antigas concepções pedagógicas, evoluindo para aquelas que valorizem atividades colaborativas, problematizadoras e contextualizadas nas questões mais prementes da sociedade. Atividades que envolvam os estudantes na elaboração de projetos, numa perspectiva interacionista, sem comprometer-se exclusivamente com uma única abordagem metodológica e apoiadas em um cuidadoso e contínuo processo de transformação da realidade. A capacitação de funcionários se faz essencial, na forma de apoio às atividades-chave da universidade e também como processo que traz ainda mais legitimidade à instituição de ensino, que se responsabiliza por parte da melhoria das condições de educação e treinamento técnico de seus recursos humanos<sup>29</sup>.

Esta disposição pode ser vista como indutora de processos de definição de uma agenda acadêmica cada vez mais alinhada com as questões de desenvolvimento local, regional e nacional.

As tecnologias de informação e comunicação, caracterizadas pela possibilidade de integração entre diversas mídias e da interação entre os diversos atores do processo de ensino e aprendizagem, viabilizam atingir tais objetivos. A Internet, por exemplo, amplia as possibilidades de formação de recursos humanos, permitindo novas interfaces de comunicação entre a universidade e a sociedade (PETERS, 1999).

Além disso, a legislação de Ensino Superior, na portaria nº 4059, de 10 de dezembro de 2004, prevê a possibilidade de que a parcela de até 20% da carga horária dos cursos seja ministrada à distância. Isto dá suporte às atuais iniciativas de utilização de ambientes virtuais de aprendizagem agregados às atividades de ensino presencial, como etapa preliminar ao atendimento do dispositivo legal. Nesse sentido e com o apoio do Departamento de Informática em Saúde que há dezoito anos vem trabalhando na investigação e implantação das tecnologias de informação e comunicação, cabe a esta Universidade atender às demandas dessa nova realidade educacional (SIGULEM, 1997), propondo ações que visem:

- Contribuir para a formação de profissionais com o perfil descrito por este PPI e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Oferecer suporte humano e tecnológico para que a estrutura curricular, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem possam ser alicerçados na prática e que favoreçam trabalhos interdisciplinares e metodologias problematizadoras;
- Criar condições que favoreçam a aquisição, por estudantes e professores, de novas competências procedimentais, atitudinais e conceituais derivadas do uso das tecnologias de informação e comunicação;
- Atualizar os docentes, entendidos como mediadores do processo de ensino e aprendizagem, para a incorporação de novas práticas, tecnologias e competências profissionais;
- Desenvolver pesquisas relevantes aos contextos local, regional e nacional;
- Contribuir para a expansão da pesquisa como elemento impulsionador do ensino e da extensão na instituição;
- Propor novas disciplinas e linhas de pesquisa que incorporem as novas tecnologias;
- Oferecer cursos a distância, de Graduação, Pós-Graduação e extensão;
- Oferecer recursos tecnológicos, como ambientes virtuais de aprendizagem, que sirvam de apoio aos cursos presenciais;
- Manter sítios e internet atualizados, que ofereçam informações a profissionais, estudantes e comunidade em geral;
- Avaliar o desempenho de suas ações educativas continuamente, com enfoque formativo.

Até o presente, grande parte das atividades de prospecção educacional da UNIFESP está alocada no espaço da UNIFESP Virtual, nas modalidades de:

#### **Ensino**

- Disciplina “Informática em Saúde”, oferecida para cursos de Graduação e de Pós-Graduação, desenvolvida na forma de metodologias problematizadoras, visando a construção de projetos de ensino, pesquisa ou extensão;
- Ambulatório Interdisciplinar de Atenção Integral ao Adulto I: espaço de desenvolvimento de competências profissionais para o atendimento holístico e humanizado dos pacientes (Centro Alfa de Atendimento);
- Cursos a Distância via Internet, para Graduação, Pós-Graduação e extensão, desenvolvidos e regidos em perspectiva interdisciplinar;
- Disponibilização de ambientes virtuais de aprendizagem como recurso de apoio às diferentes disciplinas presenciais;
- Cursos de capacitação a funcionários e docentes, inclusive para o uso das tecnologias a serviço da Saúde e Educação.

#### **Pesquisa**

- Programas de Mestrado e Doutorado em Informática em Saúde;
- Criação de novas linhas de pesquisa envolvendo as tecnologias da informação e sua relação com a área da Saúde, com foco em Telemedicina e Educação a Distância;

- Desenvolvimento de produtos educacionais, como um repositório virtual de conteúdos, disponível a pesquisadores internos e externos à universidade;
- Desenvolvimento de ferramentas auxiliares à Medicina e Saúde, como prontuário eletrônico e sistemas de apoio à decisão;
- Desenvolvimento, em parceria com outras universidades e órgãos de fomento à pesquisa, de projetos tecnológicos educacionais de grande porte, como o Projeto TIDIA, da FAPESP.

#### **Extensão**

- Assessoria técnica e científica em informática para a UNIFESP e hospitais por ela administrados;
- Coordenação das ações de informática do Centro Alfa de Atendimento;
- Cooperação técnica para capacitação, treinamento, implantação de programas, acreditação das especialidades médicas com entidades de classe da área da Saúde e órgãos governamentais;
- Desenvolvimento e disponibilização de tutoriais e cursos a distância, voltados ao público leigo;
- Disponibilização de ambientes virtuais de aprendizagem como recurso de apoio aos cursos de capacitação de funcionários da universidade.

#### **5.2. O sistema de capacitação de funcionários e pessoal técnico-administrativo**

O Plano de Gestão da atual Reitoria da UNIFESP, elaborado para o período de 2003 a 2007, delimitou a missão institucional e os instrumentos necessários para o alcance das metas estabelecidas, planejando assim, o futuro desta Universidade. Para tanto, mudanças estão sendo implementadas, de forma progressiva, para alcançar um ciclo de desenvolvimento sustentado. Considerando que “uma instituição só alcança um patamar desejável de gestão funcional se houver uma constante aprendizagem por parte de seus componentes” e que para “inserir a UNIFESP/SPDM em um modelo organizacional cuja área técnico-administrativa alcance parâmetros adequados de profissionalismo” (Anteprojeto de Gestão Universitária – 2003-2007), foi construído, de forma participativa, o Programa de Capacitação e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da UNIFESP.

A essência dessa capacitação é centrada, na perspectiva de proporcionar um ambiente de aprendizagem estimulador e participativo para a discussão e aplicação de propostas de trabalho inovador, envolvendo assim, essa população em processos de mudança organizacional. Desta forma, a educação permanente é entendida como um dos instrumentos de valorização dos servidores de todos os níveis hierárquicos da UNIFESP, sendo considerada indispensável para assegurar a qualidade dos processos de trabalho tendo em vista o alcance da sua missão: desenvolver em nível de excelência, atividades inter-relacionadas de ensino, pesquisa e extensão com ênfase no campo das ciências da saúde. A Instituição quer dar estímulo ao auto-desenvolvimento de seus servidores. Para tanto, o Plano de Gestão Comunicativa de Pessoas visa a flexibilidade, transparência e participação coletiva, sendo fruto da ação comunicativa das pessoas. Ao buscar a renovação da visão sobre recursos humanos, deve ser capaz de produzir uma situação na qual os profissionais sejam estimulados a manter-se na instituição e possam sempre melhorar seu desempenho por meio de aprendizado pessoal, que se reflete em aprendizado institucional.

Pretende-se agir em duas frentes. A primeira, busca no cotidiano da UNIFESP e no relacionamento entre as pessoas, a solução dos problemas funcionais e operacionais da instituição pública e gratuita de ensino, pesquisa e assistência à saúde. A segunda, tenciona manter e alargar as ações de negociação na esfera institucional, nas políticas governamentais de cargos e salários, que têm impactos importantes na qualidade de vida e do trabalho.

#### **Objetivos**

- Estabelecer uma estrutura de aprendizagem institucional baseada no Plano de Gestão Comunicativa de Pessoas.
- Dar continuidade aos programas que visem a aumentar as habilidades e competências para o conjunto de servidores e sua valorização;
- Implantar um sistema de mapeamento de atividades humanas, a fim de alcançar melhor desempenho na alocação e reposicionamento de competências;
- Capacitar recursos humanos como forma de fortalecimento da instituição pública.

#### **Metas**

- Capacitar 80% dos servidores técnico-administrativos da classe A até a classe D (2079 servidores);
- Capacitar 80% dos servidores técnico-administrativos da classe E (1252).

#### **Diretrizes gerais**

- As diretrizes para orientar as ações de capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores da UNIFESP se expressam por meio dos seguintes pressupostos:
- Necessidade de incorporar, constantemente, novos conhecimentos e tecnologias nos processos de trabalho desenvolvidos na Instituição;
- Concepção da educação permanente como um instrumento pedagógico estratégico para promover o desenvolvimento das equipes de trabalho e mudanças organizacionais;

- A qualidade do trabalho é resultante da implementação de mudanças requeridas nos processos tanto gerencial como de produção dos serviços prestados na instituição;
- A gestão e a educação permanente são vias simultâneas, não necessariamente paralelas, que se potencializam mutuamente;
- Os processos educativos devem ser sustentados pela realidade concreta dos serviços e devem ser construídos sobre a base do trabalho desenvolvido nesta Instituição;
- O Programa deve possibilitar a atualização contínua para prevenir a rotina e a obsolescência dos processos de trabalho, promovendo a competência dos grupos e dos indivíduos para adaptarem-se às mudanças e situações que ocorrem na organização e na sociedade;
- A proposta pedagógica deve: contemplar métodos que estimulem a participação dos educandos no processo ensino-aprendizagem; envolver servidores dos diversos níveis do sistema organizacional; integrar as estratégias educativas às de gestão de pessoal para produzir mudanças que contribuam para o alcance da missão da Universidade.

Neste contexto, a proposta pedagógica do Programa de Capacitação e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da UNIFESP, fundamenta-se numa estrutura modular dos seus cursos; na adoção de estratégias de ensino que adotam os princípios da Aprendizagem de Adultos (Andragogia) e da problematização; na participação ativa dos servidores no processo ensino aprendizagem; na concepção da natureza social do trabalho e do processo de produção dos serviços; nas estratégias de mudanças da cultura institucional, indutoras do desenvolvimento organizacional; na construção do trabalho solidário das equipes; e, nos fundamentos e ferramentas da melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes internos e externos da UNIFESP.

Os temas das aulas envolvem a aquisição de competências e habilidades “gerais” tais como as relativas ao uso de novas tecnologias de informação, quanto as capacidades de integração, mobilidade nos ambientes de trabalho e melhoria das capacidades técnicas e gerenciais, como segurança no trabalho, capacitação para a participação nas aulas da universidade, etc.

A avaliação dos alunos é feita por meio da presença em sala de aula, resultados dos estudos de casos propostos e provas práticas e teóricas. Para que o próprio sistema seja avaliado, em termos das metas propostas e dos resultados obtidos, constitui-se um programa de avaliação cujas dimensões são:

- Os resultados imediatos acerca dos programas de capacitação oferecidos;
- Os efeitos produzidos nas pessoas (mudanças de conhecimento, atitudes e competências).
- Os efeitos produzidos no sistema organizacional (mudanças estruturais e de funcionamento).

## **B - Universidade Federal da Bahia**

### **INTRODUÇÃO**

A Universidade Federal da Bahia ao elaborar o seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2004-2008), incluiu um capítulo intitulado *Planejamento e organização didático-pedagógica*, no qual definia alguns princípios norteadores e tecia algumas considerações de natureza diagnóstica acerca da dimensão didático-pedagógica e curricular dos seus cursos. O documento contém também alguns objetivos e metas relacionados com as ações a serem desenvolvidas nessa área.

#### **1. QUALIDADE INSTITUCIONAL**

Para a UFBA, qualidade institucional é um atributo que se manifesta em toda sua dinâmica processual e nos resultados produzidos, que expressa a consecução, nos graus estabelecidos como desejáveis, da missão da instituição, bem como da observância de seus princípios e diretrizes de ação. A qualidade assim entendida deve estar presente nas atividades-fim que desenvolve - ensino, pesquisa e extensão -, no seu sistema de gestão e nas relações com a comunidade.

#### **2. PROJETO PEDAGÓGICO**

No âmbito pedagógico, as ações de uma universidade ultrapassam os limites da sala de aula e envolvem concepções mais abrangentes como: conhecimento, formação humana, cidadania, valores éticos e transformação social. Nesse contexto, os projetos curriculares desempenham um papel fundamental por se constituírem numa expressão concreta dessas concepções. Partindo-se do conceito de currículo como o percurso de aprendizagens adquiridas e construídas num processo educativo formal, e que envolve relações entre docentes e discentes, faz-se necessário estabelecer princípios norteadores da elaboração e reformulação dos currículos dos cursos, sejam eles de graduação, extensão ou de pós-graduação. O Projeto Pedagógico de um curso é o documento definidor dos princípios orientadores que expressam a direção a ser imprimida ao processo de formação dos profissionais de nível superior.

Na composição do Projeto Pedagógico o curso decide sobre as experiências que deverão ser desenvolvidas a partir de necessidades colocadas pelo aluno e pela sociedade, a partir de referenciais de natureza filosófica, política, econômica, cultural, científica, didático-pedagógica e técnica. O Projeto Pedagógico deve ainda ser construído através de um trabalho cooperativo entre os segmentos que participarão da sua execução.

### 3. PRINCÍPIOS

Com base nas concepções curriculares mais contemporâneas, que por sua vez, se expressam em diversos documentos normativos do Conselho Nacional de Educação, a UFBA propõe que os currículos dos seus cursos de graduação atendam os seguintes princípios gerais, já definidos na Resolução nº 02 de 2000, do Conselho de Coordenação (atual CONSEPE):

**Flexibilidade.** Coloca-se em oposição à rigidez dos currículos tradicionais, que só admitiam possibilidades pré-fixadas de formação especializada.

**Autonomia.** O princípio da autonomia do sujeito, face ao seu próprio processo de aprendizagem, é condição básica para a consolidação da sua competência para aprender a aprender. A conquista de tal competência é absolutamente necessária a profissionais que atuarão numa realidade em permanente transformação e que terão de enfrentar as novas situações e problemas que estarão sempre emergindo nas suas experiências de trabalho.

**Articulação.** Prevê o diálogo interdisciplinar entre os campos do saber que compõem o curso e se concretizam em componentes curriculares, constituindo-se na superação da visão fragmentada do conhecimento.

**Atualização.** É um princípio que se realiza através de um adequado planejamento da oferta de componentes curriculares de modo a garantir ajustes programáticos periódicos que contemplem os avanços científicos, tecnológicos, as inovações artísticas e quaisquer novidades no campo do conhecimento.

### 4. OBJETIVOS

Fundamentada no compromisso com a qualidade do ensino e na busca de uma prática pedagógica e curricular compatíveis com as demandas contemporâneas no campo do conhecimento, a UFBA propõe, no âmbito do seu ensino, os seguintes objetivos a serem alcançados até 2008:

- Promover uma maior integração entre ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão;
- Introduzir no Regimento Geral dispositivos que permitam uma maior flexibilidade de concepção e modelos curriculares, bem como de práticas didáticas e de avaliação da aprendizagem;
- Expandir o ensino de graduação através da criação de novos cursos, de cursos noturnos e de cursos já existentes, em outras sedes;
- Rever a atual política de aproveitamento de vagas residuais tornando-a mais eficiente;
- Oferecer cursos sequenciais em todas as áreas da graduação;
- Promover a expansão da utilização de recursos tecnológicos no ensino;
- Promover fóruns de discussão e outras ações de qualificação docente no âmbito pedagógico;
- Adequar os currículos dos cursos de graduação às diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação;
- Financiar projetos que visem a melhoria e a inovação dos cursos de graduação;
- Publicar a cada 2 anos catálogo atualizado dos cursos de graduação;
- Organizar uma base de dados sobre os cursos de graduação;
- Democratizar o acesso às informações acadêmicas;
- Elaborar projetos para captação de recursos visando ampliar o número de bolsas para alunos de graduação: monitorias, iniciação científica, PET, bolsas-trabalho, bolsas para a permanência de estudantes carentes;
- Elaborar projeto de credenciamento da UFBA junto ao MEC/Secretaria de Educação a Distância para oferta de cursos de graduação a distância e expandir a oferta de outros cursos nessa modalidade;
- Ampliar os processos de análise, acompanhamento, controle e avaliação dos cursos de graduação, incentivando a auto-avaliação;
- Modernizar a área de licenciatura com a implantação de novas metodologias e tecnologias educacionais;
- Implementar uma política de relação com a educação básica e dar continuidade aos programas formação inicial e continuada de seus professores e gestores;
- Promover a avaliação e revisão do processo de seleção aos cursos de graduação, através do vestibular, buscando o seu contínuo aperfeiçoamento;
- Promover uma ampla divulgação das informações acadêmicas junto aos estudantes;
- Realizar estudo sobre evasão escolar e retenção nos cursos de graduação, definindo medidas que minimizem o índice de evasão e de retenção.

## C - Universidade Federal de Pernambuco

### INTRODUÇÃO

Este Projeto Pedagógico Institucional – PPI - é um documento que orienta a ação da Universidade em relação as suas bases sócio filosóficas e epistemológicas e é um dos elementos de democratização da gestão, por facilitar o planejamento educacional, delineando os valores, as intenções, as metas, as ações e as prioridades.

Muito mais que um registro técnico-burocrático, o PPI se constitui como uma construção social que expressa o plano institucional em ação da universidade. Ao mesmo tempo é uma técnica de planejamento e de avaliação, e uma prática social, na medida que envolveu uma metodologia de participação coletiva no acompanhamento da vida institucional.

O documento não é fixo, e tem sentido dinâmico, plural e multirreferencial, representando os interesses e as necessidades coletivas. Inclusive é revisado periodicamente para que inclua as alterações e as reformulações que atendam a outros momentos sócio históricos da Universidade Federal de Pernambuco.

1. **MISSÃO:** A UFPE tem como missão a criação e a disseminação do conhecimento, em suas diferentes formas, contribuindo na formação profissional, através da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, para a apropriação de tecnologias e inovação de instrumentos, de processos e produtos, de pesquisa básica para o desenvolvimento sustentável, de geração de emprego e de renda, transformando o conhecimento acadêmico em possibilidades de desenvolvimento humano e sócio profissional, e assumindo o compromisso social de melhorar a vida da sociedade, agregando em suas práticas a democratização de oportunidades, os valores da liberdade, da responsabilidade e da cooperação comunitária, do respeito a diversidade, do sentido de justiça, da honestidade e da ética.

## 2. CONTEXTO HISTÓRICO, ESPECIFICIDADE E ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO

<b>Criação da Universidade Federal de Pernambuco, Decreto-Lei nº 9.388, 20 de junho de 1946</b>
11 de agosto de 1946. Primeiro Nome Universidade do Recife
<b>Formação Inicial Agregação de Faculdades Isoladas</b>
Faculdade de Direito do Recife (1827)
Escola de Engenharia de Pernambuco(1895)
Escolas anexas de Farmácia (1903)
Odontologia (1913)
Faculdade de Medicina do Recife (1915)
Escola de Belas Artes de Pernambuco (1932)
Faculdade de Filosofia do Recife (1941)
<b>Lei Estadual nº 42, de 12 de dezembro de 1947, Autoria: Deputado Luiz Magalhães Melo</b>
O Campus é adquirido pelo governo do Estado, denominação de Cidade Universitária.
<b>Projeto Arquitetônico em 1949</b>
Arquiteto italiano Mario Russo, prof. de arquitetura na Escola de Belas Artes agregação

<b>Inauguração do Campus Universitário - 1958</b>
Pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, entrega do prédio da Faculdade de Medicina, hoje Centro de Ciências da Saúde.
<b>Criação de novas unidades, inovadores dos campos do ensino e do saber</b>
Instituto de Nutrição, o Instituto de Antibióticos, o Instituto de Micologia, o Instituto de Ciências do Homem.
<b>Criação da Imprensa Universitária</b>
Hoje, Editora Universitária, primeira no Brasil. Pioneira na criação do Departamento de Ação Cultural (DAC), instalação da Rádio Universitária e da Televisão Universitária
<b>Interiorização 2006</b>
Criação dos Centros Acadêmicos do Agreste e de Vitória - programa de ações do governo federal para ampliar o acesso ao ensino superior público e gratuito, resultado de amplo processo de discussão com a comunidade interna da UFPE e com diversos atores da comunidade das regiões Agreste e Zona da Mata: instituições de ensino superior, empresários, organizações sociais e prefeituras, governo do Estado, por meio das suas Secretarias de Educação e de Ciência e Tecnologia.
<b>Órgãos Suplementares e instituições vinculadas</b>
Hospital das Clínicas; Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social (NUSP); Editora Universitária; Núcleo de Educação Física e Desportos; Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI); Núcleo de Televisão e Rádio Universitárias; Núcleo de Hotelaria e Turismo (NHT); Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami (LIKA); Núcleo de Telessaúde; Memorial de Medicina; Biblioteca Central; Prefeitura da Cidade Universitária; Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (FADE); Centro de Convenções; Assessorias de Comunicação e Cooperação Internacional.

## 3. A CONTEXTUALIZAÇÃO DA UFPE NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

No cenário mundial na denominada sociedade do conhecimento e da informação e, sobretudo diante do fenômeno da globalização econômica, se passou a assistir, continuamente a grandes mudanças sociopolíticas- econômicas e suas relações com as ciências, as tecnologias, as culturas, os modos de vida e as perspectivas para o desenvolvimento da humanidade, as quais estavam mais voltadas para uma lógica imediatista e utilitária.

Vários desses conflitos levaram à fragilização da imagem de universidade tornando-se um palco de polarizações ideológicas, o que acentuou o sentido de complexidade da realidade e da própria universidade.

O reconhecimento inicial é do sentido de complexidade da atualidade, diante da provisoriamente dos achados das ciências, com atualização em intensa velocidade, mudanças de valores; de forma de comunicação, avanços tecnológicos, crise ética, ausência de projetos de vida mais duradouro; redefinição das categorias tempo e trabalho que assumiram novos significados; de uma nova desordem mundial.

Nessa perspectiva, se tornaram inevitáveis as relações desse cenário as transformações do trato pedagógico e na disseminação do conhecimento, passando a exigir novos sentidos do que é ensino de qualidade. A indissociabilidade de pesquisas, ações extensionistas e o ensino, incorporada ao projeto dos cursos tecendo e mediando aprendizagens, como processos de uma dinâmica vivida, parece urgente como política pública da educação superior. Sobretudo, diante dessa realidade, cada vez mais, polissêmica e também mais desigual e excludente.

O que é próprio da vida acadêmica e da gestão das universidades, permeadas por indagações de diferentes naturezas são apresentadas a sociedade como sinais de que há uma crise institucional em pleno vigor.

Ao mesmo tempo surgem iniciativas e são lançadas alternativas, no sentido de que é a universidade pública que não cumpre sua missão e requer reestruturação. Os sentidos e os significados dos investimentos em educação superior pública são questionados.

Com isso são invalidados os investimentos públicos na formação superior, desconsiderando o cenário das demandas ampliadas do mundo do trabalho, o que vem alargando as exigências em relação a qualificação profissional e a formação cidadã que seja comprometida em transformar o cenário das profundas desigualdades sociais do país.

Da parte dos professores, o conflito passou a emergir diante das exigências em garantir a formação profissional ampliada e o fato de receber os estudantes com sérias lacunas na formação básica, que se avolumam até a pós- graduação. Da parte da sociedade em geral, a pós- graduação passou a ser vista como o caminho de superação da frágil formação profissional inicial.

Apesar de todo esse quadro adverso à universidade pública, comparando-se a atual fase político- econômica com outros momentos podemos notar que o Brasil encontra-se em uma situação favorável.

As mudanças são expressivas como: a implantação de novas escolas técnicas, a transformação de faculdades em universidades, a ampliação da concessão de bolsas de mestrado e de doutorado que geram o aumento da produção científica brasileira, e na abertura de novos concursos para professores efetivos.

Nessa contextualização a universidade se torna uma força transformadora da sociedade e da cultura, cuja ação e formação de novas gerações de profissionais são orientadas para a crítica, para a criação do novo, para a formação de uma visão de mundo não exclusiva da atendimento as demandas do mundo do trabalho.

#### **4. O PAPEL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

A UFPE é definida como uma instituição que objetiva na formação educacional – profissional – cidadã com qualidade de seus estudantes, e do conjunto de atores sociais que integram a comunidade acadêmica.

A UFPE, enquanto universidade pública, é democraticamente aberta ao debate e tem o desafio de atender aos princípios que defende a educação, embora, simultaneamente, busque não se afastar dos requerimentos que lhe são lançados pela sociedade.

Como pólo de pesquisa a UFPE é considerada como a melhor do Nordeste e está entre as 10 melhores universidades do Brasil. Desenvolve suas ações preocupada com a qualidade de vida no planeta Terra de modo geral, e com a qualidade social da população da região do Nordeste em particular.

No plano regional, a UFPE exerce uma liderança histórica, estando colocada entre primeiro lugar no Nordeste, e seus programas de Pós –graduação vêm cumprindo um importante papel no crescimento do Ensino Superior do país, na tarefa de incentivo à regionalização para qualificar novas gerações de pesquisadores que desenvolvam estudos que atendam às demandas locais, regionais, nacionais e internacionais. Atualmente conta com 211 bolsistas de produtividade de pesquisa, segundo CNPq (2005), e entre estes, um maior número nas áreas das Ciências Exatas e da Terra, as Engenharias e as Ciências Humanas.

Na perspectiva estrutural, o desafio da pesquisa na instituição é imenso considerando-se que a política do CNPq de julgamento de bolsas de produtividade ainda é quantitativa, e para os pesquisadores, existem diferenciações em relação a outras regiões, pelo fato de que há o julgamento de pares sobre os projetos, levando a uma maior concentração desses no Sudeste do país. Outro ponto a considerar é a existência de 10.000 bolsas de produtividade para serem distribuídas entre 150 mil pesquisadores e há disparidade nessa distribuição.

No plano interno, as dificuldades também são inúmeras, numa dessas, vivida na área da saúde, mas que não se restringe apenas a esta, provocada pela contratação de professores com dedicação em tempo integral que não cumprem esse acordo. A explicação dada pela área é que as condições de trabalho e a remuneração da academia se antagoniza com as demandas do mercado que anunciam uma melhor situação de prestígio, e de remuneração.

Outra questão de base cultural é o individualismo nas pesquisas, diagnosticando-se que a maioria dos docentes locais ainda não se despertou para a necessidade de uma prática da articulação com outras Instituições para firmar parcerias e pesquisas conjuntas, indispensáveis para o avanço científico, para a legitimidade de achados e para captação de financiamentos. Mesmo com essas fragilidades, o sentido da atuação da pesquisa na UFPE foi definido como formação da aprendizagem permanente, incentivo aos docentes/pesquisadores, estudantes e professores convidados para que se integrem nos diferentes projetos existentes nos vários centros e cursos.

O diagnóstico da realidade institucional trouxe visibilidade para um cenário plural e dialético na UFPE, em que convivem articuladas entre si as distintas dimensões ética, epistemológica, institucional, educativo-cultural, didático-pedagógica, em suas expressões de reflexão e ação; teoria e prática; técnica e política; ênfase econômica e cultural; esfera global e sentido local; interdisciplinaridade e especificidade; autonomia, vinculação e dependência; reflexões poder e saber.

## 5. DIMENSÃO INSTITUCIONAL

São proposições de aprimoramento institucional os seguintes elementos:

- Planejamento adequado de uma política séria de conservação do patrimônio;
- Implementação da acessibilidade universal em todos os prédios e nos espaços do campus em geral;
- Otimização das redes básicas de energia, água, telefone, comunicação em geral, recuperação e expansão da rede tecnológica;
- Melhoria nas condições materiais do hospital-escola para desenvolver o trabalho de formação e atendimento à comunidade em geral;
- Complementação dos equipamentos didático-pedagógicos dos *campi* da Caruaru e Vitória;
- Viabilização do Centro Acadêmico do Agreste;
- Intensificar os investimentos nas bibliotecas, equipando-as e recuperando e/ou ampliando os acervos bibliográficos para todos os cursos;
- Ampliação do horário noturno de todos os serviços de apoio ao ensino, inclusive horário integral de funcionamento das bibliotecas;
- Manutenção sistemática de equipamentos;
- Climatização de salas de aula;
- Dotação de salas individuais para os professores, qualificando tanto a produtividade individual, quanto a qualidade do atendimento e acompanhamento aos estudantes e bolsistas;
- Aproveitamento de espaços ociosos principalmente nos centros em que não são oferecidos Cursos de Graduação noturnos e/ou onde são oferecidos Cursos apenas em um dos turnos;
- Desenvolvimento de programas sociais e/ou incluir potencialidades para captar recursos que retornem como investimento para a própria Universidade;
- Vinculação de projetos a parte orçamentária;
- Continuidade dos projetos legitimando as atividades desenvolvidas entre as diferentes administrações;
- Ampliação do acesso da comunidade universitária e do público em geral a determinados espaços do campus Recife, evitando a apropriação de salas e materiais por parte de pessoas e grupos específicos;
- Intensificação da segurança externa nas áreas dos campi e interna nos prédios do centro, através de um sistema de câmeras.

## 6. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Diante do cenário das práticas e da progressiva cultura de avaliação educacional, em todos os países ditos desenvolvidos, a avaliação na educação superior vive também as contradições e os impasses que refletem seu campo conceitual que polissêmico, plural, temporal e contextual, portanto, uma prática política e técnica, expressando, pois, as inquietações atuais com os rumos da universidade pública. Tal situação é compreensível quando se sabe que a educação, ora é entendida na perspectiva liberal/neo-liberal, vista como um serviço e uma mercadoria, ora é entendida como um direito, segundo a lei, vista na perspectiva da aprendizagem social para a democracia. Então as ações e os procedimentos dos sistemas avaliativos em vigor, intimamente, com essas questões multireferenciais, que circulam no entorno de sua operacionalização.

Entrando nessa discussão, o grupo participante afirma a necessidade de continuidade da discussão sobre os seus objetivos nas práticas da UFPE: controle, aperfeiçoamento ou prestação de contas? Formalmente o grupo entendeu a avaliação na UFPE, como um processo dinâmico e que exige um aperfeiçoamento contínuo, sobretudo, considerando-se a natureza da missão da Universidade, vista como locus de construção do conhecimento, portanto, em permanente processo de construção/reconstrução. A avaliação compreendida como um direito orienta que haja a análise de todos os segmentos da UFPE.

O diagnóstico, embora não consensual, considerou que na avaliação institucional a tríade Extensão, Ensino e Pesquisa não é igualmente contemplada. Para os participantes que assim consideram, o foco prioritário de uma avaliação positiva do professor na UFPE é centrada na pesquisa e sua produtividade enquanto pesquisador. Considerando-se que a instituição é de ensino, segundo os participantes a valorização é na docência, entretanto, seja na dotação de recursos, cujos órgãos financiadores são voltados exclusivamente para a produtividade na pesquisa, seja na valorização profissional que é atribuída no interior da instituição, tanto no reconhecimento formal, quanto no cotidiano.

## D – Universidade Federal de Minas Gerais

### 1. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

A Universidade é uma Instituição sabidamente complexa e envolve uma ampla gama de atividades, cujo volume não cessa de crescer. Transformações internas ao campo do conhecimento, repercussões decorrentes das mudanças sociais e esforços visando a uma maior aproximação entre a Instituição Universitária e a sociedade são, entre outros, fatores que evidenciam estarmos diante de um cenário inédito. Exige-se, diante disso, que os responsáveis pela administração institucional dediquem uma atenção constante à busca de um equilíbrio que, mantendo a identidade já quase milenar da Universidade, permita a ela, igualmente, responder aos novos desafios colocados pelas sociedades contemporâneas.

O desenvolvimento do conhecimento, atividade que singulariza a Universidade, deve ser pensado a partir de dois eixos distintos e complementares. De um lado, trata-se de construir e implementar, em todos os níveis, políticas capazes de favorecer as condições que permitam a efetiva produção de conhecimento nas áreas as mais diversas. De outro, trata-se de formar quadros capazes de reter, transmitir e produzir conhecimento. Entretanto deve-se ter em vista que, em última análise, a atividade universitária desemboca numa formação apurada de pessoal, apto a atuar de forma academicamente inovadora e socialmente comprometida com os valores do permanente desenvolvimento social e humano.

É em vista dessa meta de natureza ética que devem ser pensadas as instâncias formativas com que conta a Universidade. Ensino, pesquisa e extensão, ao lado da dinâmica interna a cada uma dessas dimensões, devem, de forma concertada, proporcionar a formação consistente, seja do ponto de vista acadêmico, seja do ponto de vista social, que cumpre esperar de Instituição Pública de Ensino Superior.

A partir desses princípios, deve ser conduzida a ação pedagógica na Universidade Federal de Minas Gerais. No âmbito da Graduação, cada um dos nossos cursos deve ancorar-se numa proposta conceitual que indique seu histórico, sua contextualização e o perfil profissional que é visado para o formando. Cada currículo, devidamente discutido nos conselhos superiores da Universidade, deve conter uma dimensão mais universal ou básica e o componente mais propriamente profissionalizante. Entretanto, em a criação de recursos e mecanismos que promovam atividades inter e multidisciplinares, tão demandadas pelas profissões típicas de sociedades complexas e desenvolvidas, os currículos sofreriam um rápido processo de defasagem. É tendo isso em vista que eles devem ser compostos a partir de política curricular institucional, consubstanciada no princípio da flexibilização curricular, conforme disposto na Manifestação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 19 de abril de 2001. É cada vez mais evidente, e isso é demonstrado à sociedade no mundo contemporâneo, que a competência específica, não importa em qual área, já não pode ser adquirida se a formação se restringe ao que ortodoxamente pertence à área em vista. Serão formados melhores médicos se, além dos conhecimentos inerentes à formação ética mais específica, acrescentarmos aqueles provenientes de áreas complementares, suscetíveis de uma permanente revisão. Assim oxigenados, os currículos serão capazes de abrigar as mudanças exigidas pelo campo de formação do estudante.

A essa preocupação com uma formação sempre mais qualificada do ponto de vista acadêmico, soma-se uma outra: a criação das condições que permitam ao aluno uma crescente interação com os processos sociais de uma forma mais geral. Essa dupla orientação na formação deve se desdobrar na construção de conteúdos, habilidades, competências e atitudes, por meio de recursos pedagógicos que vão da aula teórica ao seminário, da aula prática, no laboratório ou no campo, ao estágio, da monografia à diversidade de situações geradoras de créditos, como a participação em projetos de pesquisa, extensão, iniciação científica e frequência a congressos e colóquios.

Deve merecer especial atenção o acesso crescente dos estudantes a bolsas decorrentes de programas especiais de formação discente. Na medida em que tais valores estejam consubstanciados numa política da Instituição, deve ser possível, a propósito de cada currículo praticado, observar sua pertinência em relação aos princípios gerais. Por compreender ações intencionais de formação e a construção, organização e realização das atividades de todos os envolvidos, o Projeto Pedagógico deve extrapolar a perspectiva curricular, incorporando as dimensões acadêmicas, de política institucional e da sociedade no seu conjunto.

No domínio dos programas de pós-graduação, seja no mestrado, seja no doutorado, devem estar presentes os mesmos valores que indissociam a formação acadêmica da atenção à relevância social.

Graduações qualificadas – essa é a dinâmica do conhecimento – desembocam necessariamente em programas de pós-graduação igualmente qualificados. Esses mesmos programas, robustecidos, retornam sobre a graduação, gerando um círculo virtuoso. Na medida em que estão mais próximos da linha móvel que assinala a fronteira do conhecimento, os programas de pós-graduação acham-se diante do desafio de formar pesquisadores com alta competência na área específica e com sensibilidade para a detecção das aproximações que o objeto de investigação demanda. Assim, ao lado de programas mais ortodoxamente disciplinares, a UFMG deve incentivar a formação de programas multidisciplinares. Por outro lado, deve desenvolver, a propósito da formação do pós-graduando, não importa em qual área, uma atitude de escuta atenta ao que, de um ponto de vista mais tradicional, estaria fora do seu campo de interesse.

Nos diversos programas, respeitada a especificidade de cada um, a Universidade deve estabelecer mecanismos de aproximação crítica com a agenda social, entendida de forma ampla. A dimensão da pesquisa, condição inseparável da qualificação de uma universidade é, de forma muito evidente, uma presença nuclear na pós-graduação. Entretanto os programas de iniciação científica, entendidos na dupla via da inclusão do graduando numa pesquisa mais específica ou como recurso na formação mais geral do estudante, devem estar disponíveis nos períodos iniciais da graduação e se constituir em instâncias de aquisição de créditos.

Tanto na pós-graduação como na graduação, os laços que atam a universidade com a sociedade devem estar presentes na formação. As ações de extensão, indicações da relevância social presente na formação dos estudantes, devem converter-se em objetos de pesquisa e em temas disciplinares que sejam trabalhados em sala de aula, seja na graduação, seja na pós-graduação. O componente da extensão é parte inseparável da formação do estudante. Entendida como produção efetiva de conhecimento e como intervenção mais imediata na realidade que cerca a universidade, as atividades de extensão indicam o tipo de interação com a sociedade que a UFMG acredita como apropriada a uma instituição Pública de ensino superior. Seja no que diz respeito às políticas públicas, seja no que diz respeito à construção de um espaço privilegiado de interdisciplinaridade, seja na aproximação do ensino com os desafios postos por problemas mais complexos de intervenção social a partir de recursos de conhecimento, a extensão deve constituir-se em um instrumento singular e insubstituível na formação do estudante da UFMG. Nela estará alocado, com recursos próprios da instituição, um amplo número de bolsas discentes.

A atuação de cada uma dessas instâncias, que, juntas, integram e conferem identidade ao Projeto Pedagógico da UFMG, deve ser objeto de constantes avaliações. À cultura da avaliação, já em curso há bastante tempo entre nós, deve ser atribuída crescente importância, atestada, de forma inequívoca, em cada Plano de Desenvolvimento Institucional.

Longe de entender a ação pedagógica como sendo de menor relevância ou como um aspecto secundário na sua atuação, a UFMG considera que a formação qualificada e responsável de pessoal, professores, pesquisadores e profissionais nas mais diversas áreas e instâncias – no ensino de graduação e de pós-graduação, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional e nos programas especiais de formação – constitui uma tarefa intrasferível da universidade pública brasileira e condição da viabilidade de uma sociedade justa e inclusiva.

## **2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL**

### **Objetivo**

Aperfeiçoar, de modo permanente, a política de formação discente, mediante a avaliação do perfil acadêmico e profissional do formando de Graduação e de Pós-Graduação da UFMG, bem como do perfil da demanda de formação nas diversas instâncias da sociedade.

### **Metas**

- Expandir as matrículas, na Graduação e Pós-Graduação, em áreas do conhecimento inovadoras, para atender a demandas sociais relevantes e criar, na UFMG, oportunidades adequadas de inclusão social.
- Efetivar plenamente, na UFMG, o projeto pedagógico de flexibilização curricular.
- Ampliar as possibilidades de participação do estudante da UFMG em ações que contribuam para sua formação com relevância acadêmica e social.
- Intensificar as relações de cada curso oferecido pela UFMG com a respectiva área do conhecimento e de atuação profissional, com o objetivo de introduzir práticas mais adequadas à formação discente.
- Superar, de modo criativo e articulado, as dificuldades que se interponham à efetivação, na UFMG, do projeto pedagógico de flexibilização curricular.

### **Ações**

- Oferecer ao aluno da UFMG uma formação profissional inter e transdisciplinar.
- Propiciar ao aluno da UFMG uma visão integrada de ensino, pesquisa e extensão.
- Desenvolver no aluno da UFMG um conjunto de habilidades que lhe permita atuar de forma pró-ativa, crítica, reflexiva e criativa.
- Estimular e apoiar a participação efetiva do aluno da UFMG em eventos de divulgação de produção acadêmica e científica.
- Desenvolver estudos sobre as possibilidades de intensificar, na UFMG, o envolvimento dos servidores técnico-administrativos em Educação na formação discente.
- Articular o oferecimento, na UFMG, de grupos de atividades acadêmicas interdisciplinares, que possam ser disponibilizadas, em diversos cursos, como trajetórias de formação.
- Implantar cursos e expandir a oferta de vagas em áreas do conhecimento inovadoras, para atender a demandas sociais relevantes e criar, na UFMG, oportunidades adequadas de inclusão social.

## **D - Universidade Federal de Santa Catarina**

### **INTRODUÇÃO**

Como parte principal do PDI da UFSC, desenvolve-se o Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Inicialmente, apresenta-se a forma como a Instituição insere-se regionalmente, em especial no Estado de Santa Catarina. Nas duas seções seguintes, apresentam-se os princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas e a organização didático-pedagógica da Universidade. Na principal seção, apresentam-se as políticas, objetivos e metas para as diferentes áreas de atuação ou dimensões da universidade, tendo em mente o período de

vigência deste PDI. Por fim, faz-se a síntese de várias metas no contexto do atendimento da responsabilidade social da UFSC.

## **1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

A organização didático-pedagógica da UFSC está centrada em pró-reitorias e câmaras. Os órgãos deliberativos são as câmaras de Ensino de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão. Os órgãos executivos são a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PRPE).<sup>14</sup>

Os cursos estão ligados às unidades universitárias. Cada curso ou programa tem um colegiado e o próprio centro tem um colegiado amplo, o Conselho da Unidade, composto de, entre outros, representantes dos departamentos e cursos. Nos novos *campi* de Araranguá, Curitibanos e Joinville, os cursos estão ligados à direção geral do *campus*.

## **2. GRADUAÇÃO**

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), órgão executivo central, auxilia o Reitor em suas tarefas executivas na área da educação do ensino básico e do ensino superior de graduação das modalidades presencial e a distância.

Entre as competências da PREG estão: (1) coordenar a formulação e a implementação de políticas para o ensino; (2) emitir pareceres sobre a criação, expansão, modificação ou extinção de cursos de graduação; (3) convocar e presidir as reuniões da câmara de ensino de Graduação; e (4) propor à Câmara de Ensino de Graduação diretrizes de avaliação dos cursos de graduação.

Como instâncias de tarefas executivas, a PREG possui, além do Pró-Reitor, o Diretor de Gestão e Desenvolvimento Acadêmico (DGA) ao qual estão ligados a Supervisão dos Programas de Inclusão, a Comissão Permanente do Vestibular (COPERVE) e a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Além disso, ainda ligados ao DGA, estão os departamentos de Integração Acadêmica e Profissional (DIP), de Ensino (DEN), de Apoio

Pedagógico e Avaliação (DPA) e de Administração Escolar (DAE). O Departamento de Gestão e Desenvolvimento Acadêmico é responsável pela supervisão direta de todas as instâncias da PREG, inclusive administrativas. O Departamento de Ensino é responsável pela coordenação das atividades de ensino de graduação nas modalidades presencial e a distância, além da educação básica. O Departamento de Apoio Pedagógico e Avaliação coordena as atividades de atualização didático-pedagógica aos docentes e assessora os cursos de graduação nas atividades relacionadas aos processos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O Departamento de Administração Escolar é responsável pela administração e registro das atividades discentes.

O Departamento de Integração Acadêmica e Profissional coordena as atividades de estágio, Programa de Educação Tutorial (PET) e monitoria.

Consideram-se estágios as atividades programadas, orientadas e avaliadas que proporcionam ao aluno aprendizagem social, profissional ou cultural, por meio de sua participação em atividades de trabalho em seu meio, vinculado à sua área de formação acadêmico-profissional. Para melhor operacionalizar as atividades com a comunidade universitária e com as unidades concedentes de estágio, informações sobre legislação, convênios, ofertas de estágios, formulários e outros assuntos correlatos são disponibilizadas na internet.

A Câmara de Ensino de Graduação é o órgão deliberativo e consultivo em matéria de ensino de graduação. É composta pelo Pró-Reitor de Graduação, por representantes de coordenadores de cursos e por representantes discentes de graduação. Tem como competência principal propor normas e decidir sobre o ensino básico e o de graduação, incluindo normas sobre regime de trabalho de docentes.

Cada curso de graduação indica em seu projeto pedagógico as competências exigidas. Em 2009, a UFSC finaliza o processo de reforma curricular, e todos os cursos de graduação estão com seus projetos em construção, tramitando pelos órgãos colegiados ou já aprovados e em implantação.

Uma nova experiência também ocorre nos novos *campi*, em que as unidades universitárias não são organizadas em departamentos. Os cursos têm um ciclo de três anos, com a possibilidade de extensão para formação mais especializada.

A Coordenadoria de Educação Básica (CEB), órgão do Departamento de Ensino da PREG, cuida da execução das ações relativas à política de Educação Básica e emite pareceres a respeito da abertura de concursos públicos e contratação dos professores efetivos e substitutos.

## **3. PÓS-GRADUAÇÃO**

Como parte de sua organização didático-pedagógica, a UFSC conta com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), a qual atua como órgão executivo central da Reitoria nessa área. Entre suas atribuições, estão o acompanhamento de programas de pós-graduação e a coordenação de atividades relacionadas à criação, funcionamento, acompanhamento e avaliação dos cursos de especialização, mestrado e doutorado.

O desenvolvimento de políticas harmoniosas e de qualidade no ensino de Pós-Graduação assume o objetivo maior de buscar novos patamares de excelência acadêmica. Entre as metas para a pós-graduação, com vistas a atingir esse objetivo maior, e que aparecem detalhadamente na seção sobre políticas, mais abaixo, podem ser destacadas aqui as seguintes:

- Criação de programas de Pós-Graduação em todas as áreas existentes na graduação;
- Criação de doutorados junto aos programas que só contam com mestrados;
- Criação de novos programas interdisciplinares que atendam a outros perfis de formação;
- Elevação de patamar na avaliação da CAPES como decorrência da melhoria do desempenho e da qualificação continuada e ascendente dos programas;
- Ampliação da inserção nacional da Pós-Graduação da UFSC;
- Internacionalização da Pós-Graduação.

A partir da interação entre a PRPG e os Programas de Pós-Graduação, foram facilitadas ações visando à melhoria da inserção nacional com os Projetos de Doutorado Interinstitucional (Dinter) e de Mestrado Interinstitucional (Minter), e da inserção internacional nos diversos programas de internacionalização: Erasmus Mundus, Bolsas de Doutorado Sanduíche, Professor Visitante Estrangeiro, Pós-doutorados no exterior.

#### **4. Políticas**

As políticas da UFSC para o quinquênio 2010-2014 estão expressas de acordo com as seguintes dimensões: (1) ensino, (2) pesquisa, (3) extensão, (4) cultura e arte e (5) gestão. A formulação dessas políticas está organizada de acordo com objetivos e metas.

##### **4.1 Ensino**

A política de ensino enfatiza a preparação do ser humano para entender e intervir adequadamente na sociedade em que vive, buscando formar cidadãos com uma visão inter e multidisciplinar de sua área de atuação, com pensamento global em suas ações e elevados padrões éticos. Visando a um padrão de excelência acadêmica, o ensino proporciona a construção de competências, habilidades e atitudes, por meio da utilização de práticas pedagógicas diversificadas, fundamentais na formação mais qualificada. Tais práticas deverão ser constituídas por aulas teóricas utilizando tecnologias educacionais inovadoras, práticas laboratoriais e de campo, elaboração de monografia, atividades de monitoria e estágio, participação em projetos de pesquisa, de iniciação científica e em atividades de extensão, bem como em congressos, eventos, oficinas e colóquios, entre outros. Por meio da atualização e da modernização dos regimentos, busca-se institucionalizar os vários agrupamentos de laboratórios de pesquisa, de grupos de pesquisadores, incluídos ou não em convênios bilaterais ou multilaterais, e favorecer a constituição de convênios entre instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais.

##### **4.2 Pesquisa**

A pesquisa, entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão, visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando Santa Catarina e o Núcleo de Estudos Açorianos. O Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral guarda um importante acervo de Arqueologia Pré-Colonial e Histórica, além de um acervo de Etnologia Indígena. Outro destaque é a coleção "Prof.<sup>a</sup> Elizabeth Pavan Cascaes", que preserva o significativo acervo do artista Franklin Joaquim Cascaes, com mais de 2.700 peças. São desenhos, manuscritos e esculturas que retratam o cotidiano, a religiosidade, lendas, mitos folclóricos e tradições dos primeiros colonizadores da Ilha de Santa Catarina.

As principais metas da UFSC para preservação da memória e do patrimônio cultural incluem dar ao Museu Universitário um importante papel como Centro Cultural de Florianópolis. A antiga igreja localizada no campus deverá tornar-se um local apropriado para atividades musicais eruditas, com atividades de corais, madrigais e orquestras de câmara. Para isso, precisará passar por reformas. As fortalezas deverão ter suas atividades culturais Ampliada. Além disso, as atividades culturais do Núcleo de Estudos Açorianos deverão ganhar uma maior amplitude.

Uma demanda importante na preservação da memória e do patrimônio cultural que merece destaque é a elaboração e o desenvolvimento de um centro de pesquisa e documentação da UFSC. A meta básica para esse centro é criar uma estrutura de apoio à concentração dos acervos de documentação histórica atualmente dispersa em diversos acervos formais e informais da Universidade.

##### **4.3 Extensão**

A UFSC está empenhada em construir e consolidar uma política de extensão apoiando tais atividades com recursos de toda ordem, em todas as unidades da Instituição e por meio de parcerias com o Estado e os setores organizados da sociedade.

##### **4.4 Inclusão social**

As políticas de assistência estudantil, vista como inclusão social, correntemente apresentam um caráter que avança no sentido de atendimento à legislação federal,<sup>19</sup> que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Assim, o acesso e a permanência do estudante representam fator imprescindível à conclusão do curso superior. Desta forma, a assistência estudantil na UFSC está direcionada às atividades destinadas ao fortalecimento do desempenho acadêmico, da permanência estudantil, das atividades de cultura, de lazer e de esporte, principalmente para aqueles discentes com vulnerabilidade social. As políticas estabelecidas na seção anterior consideram em especial ações direcionadas a: (1) fortalecer o desempenho acadêmico, via bolsas-permanência, ensino de línguas, acesso à informática, participação político-acadêmica e acompanhamento psicopedagógico; (2) ampliar as ações direcionadas para a

permanência estudantil, o que inclui moradia, alimentação, saúde, transporte, creche, portadores de necessidades especiais; (3) apoiar atividades de cultura, de lazer e de esporte.